

O povoamento rural romano no Alentejo: contribuição da arqueologia preventiva

JACINTA BUGALHÃO

R E S U M O

Procura-se explorar as potencialidades da arqueologia preventiva, contexto em que se estudam sítios que, com outro enquadramento não seriam seleccionados para intervenções arqueológicas mais profundas, no âmbito do conhecimento do povoamento rural romano no Alentejo. Desta forma, poder-se-á trazer ao conhecimento científico uma maior diversidade de situações úteis ao conhecimento desta realidade histórico-geográfica.

Apresenta-se a notícia de três intervenções arqueológicas: Monte da Formiga (Cuba), Sardos (Monforte) e Vinagreira (Elvas), cujos resultados poderão e deverão ser rentabilizados no quadro de projectos de investigação específicos que os integrem, numa perspectiva de arqueologia espacial.

A B S T R A C T

In this paper, we discuss the extent to which impact assessment archaeology has contributed to the knowledge of Roman rural settlement patterns in Alentejo. Focusing on sites that would not normally be excavated in the framework of mainstream research projects, this kind of archaeological research provides a more diverse knowledge of this geographical and historical context.

Results of investigation on three archaeological sites are presented – Monte da Formiga (Cuba), Sardos (Monforte) e Vinagreira (Elvas). The information obtained provides a base line for future studies of spatial archaeology in the region.

O estudo do povoamento rural romano no Alentejo incidiu tradicionalmente na abordagem e intervenção sobre estruturas de povoamento de grande dimensão: as *uillae*. E dentro destas, não sobre a totalidade da sua realidade, mas essencialmente, na estrutura arquitectónica urbana, ou seja na residência do proprietário, que se reveste, neste horizonte geográfico, de carac-

terísticas de grande monumentalidade, tendo aliás essa monumentalidade funcionado como chamariz para intervenções arqueológicas de natureza variada mas normalmente parcial. Destas páginas da nossa arqueologia histórica não resultaram documentos que hoje possam contribuir de forma muito elucidativa para o conhecimento desta realidade. Mesmo as abordagens de conjunto sofriam um pouco com esta parcialidade de olhar (Gorges, 1979). No entanto, precocemente, surgiu uma abordagem diversa: Jorge de Alarcão transmitia, desde cedo, uma imagem de ruralidade multifacetada, com expressões e manifestações diversas, em que no Alentejo, em época romana, o povoamento não se expressava apenas nas *uillae*, mas igualmente em estruturas de povoamento rural de diferente natureza e amplitude, melhorando assim o conhecimento sobre esta realidade histórica (Alarcão, 1976).

No seguimento destes esforços e no âmbito do impulso que caracterizou o nosso panorama de investigação, também visível para outras realidades arqueológicas, foi essencialmente a partir dos anos oitenta que começaram a surgir, mais frequentemente, tentativas de abordagem do assunto de uma forma globalizante e problematizante. No entanto, este impulso que para outros períodos cronológicos se revelou muito produtivo em termos de acréscimo de conhecimento, neste caso, ainda permaneceu algum tempo no campo das alterações de pressupostos teóricos sem que tal se concretizasse em alterações significativas na actividade arqueológica. De facto, a arqueologia clássica não se coaduna com um ambiente de investigação inseguro, circunstancial e muitas vezes pouco profissional. Exige abordagens planeadas de médio e longo prazo, trabalhos de equipa, interdisciplinariedade e coordenação de esforços, condições que não caracterizavam a arqueologia nacional, ainda numa fase de afirmação disciplinar e científica. No início na década de 90, surgiu o primeiro trabalho em que o povoamento rural era encarado como uma realidade multivariada, nas suas manifestações territoriais, relativo à *uilla* romana de S. Cucufate e ao seu território (Alarcão et al., 1990). Este trabalho afirmou-se como um marco na problemática, pois constituiu o culminar dum processo de investigação devidamente programado e desenrolado ao longo de um espaço de tempo relativamente longo, no contexto dos pressupostos teóricos já enunciados e desenvolvidos por Jorge de Alarcão e restante equipa, não se tratando de uma trabalho meramente circunstancial motivado por um qualquer agente externo à investigação arqueológica ou de um desenrolar de conceitos modernos, sem concretização prática. Embora não se possa, infelizmente, concluir que a restante realidade acompanha de perto este exemplo precursor, existem já projectos de incidência semelhante a decorrer cujos resultados se desejam igualmente encorajadores.

Por outro lado, igualmente desde o final dos anos oitenta, um quadro paralelo à investigação arqueológica vem ganhando forma e, poder-se-á dizer, conquistando progressivamente terreno, principalmente no campo da intervenção de campo: a arqueologia preventiva e de salvamento. As condições de progressivo crescimento económico vivido pelo país, assim como as exigências progressivamente maiores das comunidades, no que diz respeito à herança cultural e patrimonial e ainda a evolução e afirmação da disciplina arqueológica no nosso panorama nacional, foram factores propícios à generalização dos chamados “estudos de impacte arqueológico”. Estes assumiram-se como vertente dos estudos de impacte ambiental que, apenas com um pouco de anterioridade se constituíram em obrigatoriedade a qualquer obra de intervenção territorial, inicialmente apenas as de cariz nacional, posteriormente alargados a âmbitos regionais e até locais. Assim, tornaram-se frequentes as acções de prospecção e levantamento arqueológico, preventivas, realizadas essencialmente por arqueólogos jovens profissionalizados, para os quais este mercado se tornou a sua principal área de acção. Estradas, auto-estradas, florestas e projectos agrícolas de grande dimensão, hídricas e mini-hídricas, sistemas de captação e canalização de águas, gasodutos, etc, serviram assim de pretexto para que grandes extensões do território fos-

sem prospectadas sistematicamente, num esforço sem precedentes na arqueologia de investigação ou mesmo nos levantamentos arqueológicos concelhios que nos anos oitenta estiveram em voga, com vista à elaboração da “Carta Arqueológica de Portugal”. A novidade e amplitude desta realidade, assim como as características do nosso meio arqueológico já referidas, motivaram alguma dificuldade de absorção desta grande quantidade de informação, que após produzida, não reverteu de forma directa para o conhecimento das realidades arqueológicas do território, estando as suas potencialidades por explorar, na maioria dos casos, docemente adormecidas em relatórios arquivados em processos.

No que diz respeito ao período romano, este aspecto assume especial relevância pois todos os que já realizaram prospecção arqueológica de superfície no Alentejo sabem quão frequente é a identificação de sítios característicos de povoamento rural, que ficam a dever a sua caracterização cronológica e até tipológica à presença de materiais de construção romanos, normalmente *tegulae*. A dispersão deste tipo de materiais à superfície, associados ou não a outro tipo de vestígios, equivale normalmente ao rótulo de casal rústico romano ou *habitat* de cronologia romana, conforme as escolas ou gostos. Estes elementos que noutro contexto, dada a sua frequência e o pouco interesse que errónea, mas frequentemente, lhes é atribuído, não dariam origem, normalmente, a um processo de intervenção arqueológica mais profunda. No âmbito de um trabalho de arqueologia preventiva poderão, se o sítio estiver seriamente ameaçado, motivar uma intervenção arqueológica intrusiva, normalmente a uma sondagem, ou até a uma escavação. Mesmo quando é este o desenrolar dos acontecimentos, acaba esta informação por não ser canalizada de forma correcta, nem reverter para o conhecimento do povoamento rural. Simultaneamente, poderá um qualquer arqueólogo ou equipa estar nas proximidades a realizar uma intervenção arqueológica numa *uilla* romana, com vista à sua valorização e integração em circuitos turísticos, ou até numa acção programada de investigação, sem que uns contactem com o trabalho dos outros, situação que no mínimo se poderá dizer que não contribui para que o conhecimento cresça.

A criação de meios de contacto entre estas duas vertentes da actividade arqueológica é simultaneamente um desafio e uma exigência, seja de uma forma espontânea ou normativa. A informação arqueológica é finita e deve ser rentabilizada ao serviço do progresso do conhecimento sobre as realidades passadas.

Na actualidade, o povoamento rural no Alentejo apresenta-se aos investigadores como uma realidade multifacetada e produtora de diversos tipos de estruturas de povoamento. É relativamente consensual a existência de três categorias de estruturas de povoamento rural, hierarquizadas por importância (económica e social) e amplitude de incidência territorial. Nalguns casos é ainda referido um quarto tipo constituído por estruturas de ocupação ocasional.

A explicação e caracterização das várias categorias de estruturas do povoamento rural observáveis no Alentejo apela para uma série de factores de natureza distinta. Em relação à sua distribuição territorial, podemos referir factores físicos e humanos: capacidade agrícola de uso dos solos; a geomorfologia (acesso à água e visibilidade); a amenidade do clima; posicionamento relativo a outras estruturas de povoamento rural; distância relativa a vias de comunicação (fluviais ou viárias). Outro factor humano de caracterização destas estruturas é o número e características dos seus habitantes (estrutura multifamiliar — entre proprietários e pessoal dependente —, estrutura familiar alargada; estrutura unifamiliar e estrutura de ocupação temporária e/ou eventual).

Por outro lado, este tipo de unidades caracterizam-se igualmente por factores materiais, ou seja, pelo tipo de vestígios que originam a sua identificação na actualidade: a área de dispersão de materiais na superfície¹, a presença ou ausência de estruturas visíveis, tipo de materiais de construção (correntes ou de qualidade), tipo de espólio (produções locais, regionais ou impor-

tações). Estes factores caracterizam as estruturas na perspectiva da sua eventual integração na economia de mercado do Império (Alarcão et al., 1990, p. 298 e ss.) ou na sua condição de estruturas de povoamento baseado na produção de subsistência, auto-suficiente, fornecendo pistas sobre os hábitos e filiação cultural dos seus habitantes: por exemplo, se se tratava de população latina ou fortemente romanizada ou, pelo contrário, de população de origem autóctone.

Um terceiro conjunto de factores, apesar de anacrónico, influencia de forma decisiva a nossa apreciação sobre a realidade arqueológica: os factores deposicionais e pós-deposicionais que se reflectem no estado de conservação dos vestígios. Destacam-se os diversos tipos de erosão natural, o reaproveitamento de materiais de construção em períodos posteriores, perenidade maior ou menor das construções, intervenções antrópicas no terreno (trabalhos agrícolas, humanização da paisagem, etc.). Condições pós-deposicionais muito adversas poderão alterar de forma significativa o sítio, a sua interpretação e posterior integração numa das categorias de povoamento.

No que diz respeito à tipificação das estruturas de povoamento, coloca-se a questão da terminologia, uma vez que as designações utilizadas pelos vários autores, não sendo muito dissidentes, não são obviamente, totalmente alinhadas.

Autores	1ª ordem	2ª ordem	3ª ordem	4ª ordem
Alarcão, 1976	<i>Villae</i>	Quintas (1)	Casais (4)	Casebres, estábulos (4)
Gorges, 1979	<i>Villae</i>			
Mantas, 1986	<i>Villae</i>	Casais		“Sítios secundários”, abrigos
Alarcão, 1990	<i>Villae</i>	Casais (2)	Casais (1)	
Alarcão et al., 1990	<i>Villae</i>	Quintas		Abrigos ou cabanas
Fabião, 1992	<i>Villae</i>	Casais (3)		
Carvalho, 1993	<i>Villae</i>		Casais	
Alarcão, 1997	<i>Villae</i>	Quintas	Casais	

(1) arrendada; (2) propriedade plena; (3) propriedade plena ou arrendada; (4) dentro do *fundus*.

Como se torna patente, a questão da dimensão e do regime de propriedade atravessa profundamente todo este enunciado. No entanto, entende-se que no momento actual pouco se poderá, ou até deverá, avançar sobre esta questão. Só com um conhecimento mais aprofundado sobre o povoamento de territórios alargados nas suas formas distintas se poderá tentar, casuisticamente, formular hipóteses sobre a dimensão de determinado *fundus*, as estruturas de povoamento que o compunham para além da *uilla*, que unidades de povoamento o rodeavam e qual o seu regime de propriedade.

Neste panorama, opta-se neste trabalho pela terminologia de Jorge de Alarcão, consolidada ao longo dos seus trabalhos sobre o tema, considerando três tipos de estruturas de povoamento rural: *uilla*, quinta e casal. Considera-se ainda, uma quarta categoria, as cabanas ou abrigos.

A *uilla* é a estrutura/sede de uma grande propriedade — *fundus* — contendo extensões de terrenos de boa capacidade agrícola, bons recursos hídricos e avançados sistemas de captação e armazenamento de água. A *uilla* estaria rodeada de unidades de povoamento de ordem inferior, com boas condições de acesso a uma via principal e a um núcleo urbano importante. A área de dispersão de materiais arqueológicos à superfície seria considerável, com estruturas visíveis e indícios de monumentalidade, materiais de construção de qualidade (elementos arquitectónicos e decorativos em pedra, lápides funerárias, *opus tessellatum*, frescos, tijolos de quadrante, etc.) e abundantes materiais de importação (*terra sigillata*, vidro, ânforas de produção externa, etc.). Este tipo de estruturas evidencia uma boa integração na economia de mercado imperial e, apesar ser auto-

-suficiente do ponto de vista da produção agrícola e artesanal, tende a adquirir produtos de luxo, de fabrico mais ou menos longínquo, indiciando uma total aculturação dos gostos próprios da romanidade. A estrutura é habitada pelo proprietário e sua família e por um grande número de dependentes — servos ou escravos, que asseguram os trabalhos domésticos e agrícolas.

A quinta é uma estrutura arquitetonicamente mais modesta, sem indícios de monumentalidade. É habitada por uma família em sentido alargado, que explora uma extensão (arrendada ou em regime de propriedade plena) de médias dimensões, com razoáveis potencialidades agrícolas, com uma situação de razoável acessibilidade a vias de comunicação e centros urbanos e nas proximidades de uma *uilla*. Embora os materiais de construção de luxo estejam ausentes, é provável a ocorrência de alguns materiais de importação — nomeadamente cerâmicas — e de vestígios de consumo de artigos de gosto tipicamente latinos (como os preparados piscícolas), denunciando algum poder de compra ou troca, conferido por produções agrícolas excedentárias. Uma quinta bem conservada do ponto de vista estrutural e estratigráfico quase se poderá confundir com uma *uilla*. Pelo contrário, uma quinta em que factores perturbadores se fizeram sentir intensamente será facilmente confundida com uma estrutura mais modesta (Alarcão, 1990, p. 421).

Um casal é uma estrutura unifamiliar, com características construtivas muito simples. A área explorada é muito pequena, com solos de fraca capacidade agrícola e localizada marginalmente às principais vias de comunicação interurbanas. O material arqueológico característico destas unidades é a cerâmica comum, os *dolia* e, principalmente as *tegulae* (elemento distintivo em relação a estruturas idênticas de outros períodos cronológicos). Um casal poderá situar-se próximo de uma *uilla* ou quinta, podendo aliás, constituir parte integrante do *fundus*, nos casos de propriedades muito extensas (Alarcão, 1976, p. 26). Aqui praticava-se uma agricultura de subsistência, sem excedentes, logo a possibilidade de integração na economia de mercado era praticamente inexistente. Os habitantes deste tipo de estruturas pertenceriam aos estratos mais baixos, com poucos ou nenhuns contactos com a elite colonizadora.

Um abrigo ou cabana era uma estrutura simples, constituída apenas por fundações e telhado (ou cobertura vegetal), elemento integrante de *fundus* ou até quintas de maiores dimensões, de ocupação ocasional motivada por determinados trabalhos agrícolas ou de pastoreio sazonais. Poderia servir igualmente de armazém provisório de colheitas ou alfaias. A dispersão de materiais arqueológicos é muito reduzida, o que, aliado à precariedade da estrutura, origina alguma dificuldade na sua identificação, ou até conservação, até à actualidade.

A integração de sítios arqueológicos nestas categorias não tem nada de linear na maioria das situações, tratando-se de excepções os casos em que indubitavelmente estamos perante uma *uilla*, uma quinta, uma casal ou um abrigo.

Os três sítios intervencionados no âmbito da arqueologia de salvamento (Monte da Formiga) e preventiva (Sardos e Vinagreira), aqui abordados, não têm nada em comum entre si, a não ser a atribuição cronológica e o facto de se situarem em ambiente rural. Na sequência da problemática desenvolvida no início do trabalho, pretende-se divulgar os elementos recolhidos nas três intervenções, enquadrando-os nos aspectos da economia rural do Sul da Lusitânia.

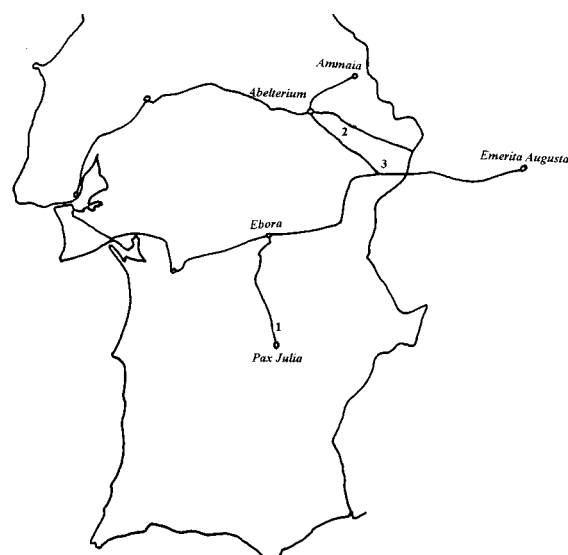


Fig. 1 Localização dos três sítios: 1 - Monte da Formiga; 2 - Sardos; 3 - Vinagreira.

Monte da Formiga²

O sítio arqueológico do Monte da Formiga foi identificado em 1989/90, durante trabalhos de prospecção arqueológica de iniciativa municipal, da responsabilidade de Miguel Lago da Silva. O local caracterizava-se pela dispersão de materiais cerâmicos atípicos à superfície tendo por isso sido definido como “conjunto habitacional medieval ou moderno”. Em 1994, trabalhos de preparação do terreno para plantio de uma vinha causaram profundos revolvimentos no terreno, provocando o aumento de fragmentos cerâmicos visíveis à superfície. Foi igualmente possível precisar o contexto cronológico do sítio através da identificação de materiais indubitavelmente romanos: *tegulae*, cerâmica anfórica, *terra sigillata*, paredes finas, lucernas, etc. Foram também observados restos osteológicos humanos, segundo indicação do antropólogo José Carlos de Almeida Oliveira, do Museu Distrital de Beja. Na sequência destes novos elementos, a Direcção Regional de Évora do IPPAR, na pessoa da arqueóloga Susana Correia, considerou indispensável a realização de uma intervenção de emergência no local, a fim de se avaliar a importância científica e patrimonial do sítio, e consequente tomada de medidas de protecção adequadas. Os trabalhos decorreram no final do Verão de 1995.

O sítio localiza-se numa encosta suave, com a cota aproximada de 179 m acima da linha do mar, sobre a Ribeira de Odivelas, linha de água permanente que permite o acesso à água durante todo o ano, numa área de solos com capacidade agrícola moderada (B/C) (Carta de capacidade de uso do solo, fl. 40C, 1967).

Este núcleo de povoamento situava-se na área de influência de *Pax Iulia* (Gorges, 1990), sendo a via entre esta cidade e *Olisipo* o seu itinerário principal de acesso. O local dista cerca de 10 km a NO. da importante *uilla* de São Cucufate.

Da intervenção arqueológica resultou, como característica dominante deste sítio, o avançado estado de destruição em que se encontrava. Todo o terreno, até à rocha de base (entre 60 a 130 cm da superfície) se encontrava bastante remexido por trabalhos agrícolas recentes. Nos estratos revolvidos foram recolhidos materiais arqueológicos em quantidades reduzidas e em estado muito fraccionado, sendo na sua maioria integráveis em cronologias romano-imperiais (muito pontualmente foram recolhidos materiais medievais e modernos).

Apenas numa das cinco sondagens, foi identificada uma estreita camada arqueológica (15 cm, na sua potência máxima) *in situ*, poupada pelos trabalhos agrícolas. Aqui a concentração de material era consideravelmente superior e exclusivamente romana. A estação arqueológica outrora existente deveria limitar-se na actualidade a este contexto estratigráfico, tendo as agressões várias sofridas ao longo do tempo conduzido ao seu quase desaparecimento.

Quanto ao horizonte cronológico a que estes vestígios se referem, inferido a partir das peças datáveis, apresenta-se bastante amplo. Foi recolhido material anfórico de produção lusitana, normalmente associado ao envasamento e transporte de preparados piscícolas: um fundo de Dressel 14 (séculos I-III), um fundo de Almagro 50 (séculos III-V) e dois fundos de Almagro 51C (séculos III-V) (Fig. 2); *terra sigillata* hispânica: dois fragmentos de Dragendorff 15/17 (séculos II-III) (Fig. 3); vários fragmentos de *terra sigillata* clara, destacando-se vários fragmentos de bordo de uma taça de fabrico C/D, tipo Hayes 67 (séculos IV-V) (Fig. 4); vários fragmentos de lucernas, entre os quais uma lucerna tipo “Riotinto-Aljustrel” decorada com mamilos (Alto Império). No que diz respeito ao espólio, merecem ainda especial referência duas peças em ferro, em bom estado de conservação: uma ponta de lança e uma faca (Figs. 5 e 6). Assim, embora o espólio classificável tipológica e cronologicamente seja relativamente escasso, pode afirmar-se que cobre um âmbito cronológico equivalente ao período imperial, durante o qual se efectivou intensamente



Fig. 2 Material anfórico: 1 - Dressel 14; 2 - Almagro 50; 3 - Almagro 51C; 4 - Almagro 51C - Monte da Formiga (desenho de Teresa Julião).

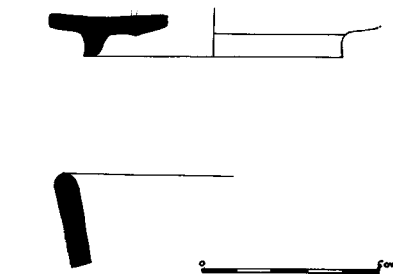


Fig. 3 Fundo e bordo em *terra sigillata* hispânica - Monte da Formiga (desenho de Teresa Julião).

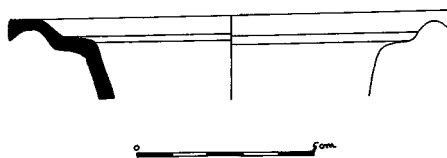


Fig. 4 Taça em *terra sigillata* clara - Monte da Formiga (desenho de Teresa Julião).

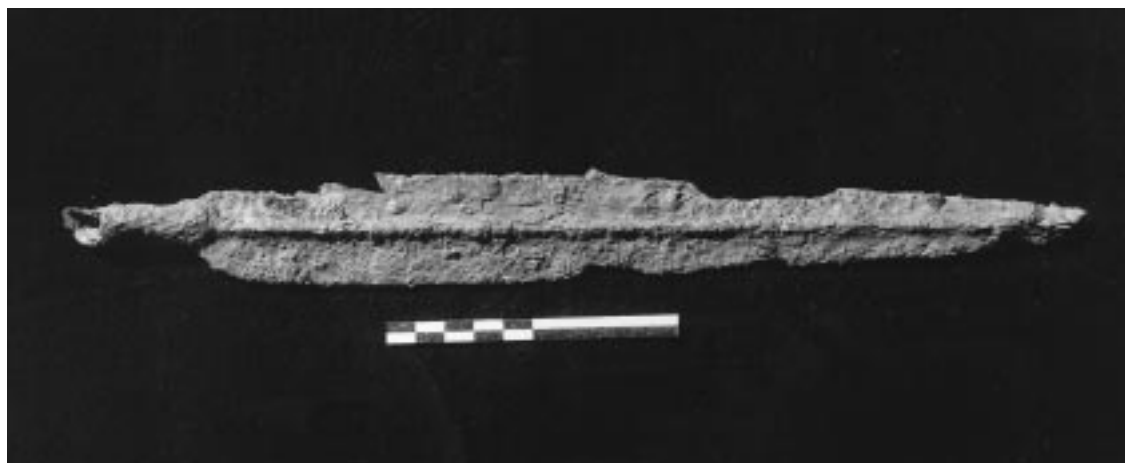


Fig. 5 Ponta de lança em ferro - Monte da Formiga (fotografia de Pedro Barros).



Fig. 6 Lâmina de faca, em ferro - Monte da Formiga (fotografia de Pedro Barros).

a presença romana em território lusitano. Embora, este tipo de estruturas de povoamento não tenha, normalmente, ocupações tão prolongadas (Alarcão et al., 1990, p. 179), e eventualmente, este sítio não constitua excepção a esta regra, não foi possível, devido à escassez de elementos recolhidos, reduzir a sua delimitação cronológica.

Verificava-se uma maior concentração de materiais arqueológicos na sondagem onde foi identificada a camada arqueológica remanescente (por exemplo, a faca e uma taça em *terra sigillata* hispânica, tipo Dragendorff 15/17) e na sondagem realizada na área onde foram observados vestígios de necrópole. Nesta última, para além dos vestígios osteológicos, foi recolhido espólio, eventualmente, de depósito funerário: a ponta de lança, a lucerna e a taça tipo Hayes 67, acima referidas.

Estamos assim em presença de um sítio com área de dispersão compatível com uma *uilla*, localizada em terrenos de capacidade agrícola média, com bons recursos hídricos (mesmo na estação seca), na área de influência de uma cidade de dimensão e importância razoáveis — *Pax Iulia* —, próximo da via que a liga a *Ebora*. Não foi possível identificar qualquer estrutura, mas os materiais de construção recolhidos são correntes (*tegulae*, *imbrices*, *lateres*), não evidenciando construções com características de monumentalidade e sumptuosidade. A presença de alguns fragmentos de canalização em chumbo não se poderá considerar de luxo, embora revele alguma sofisticação construtiva (Fig. 7). Quanto ao espólio, ele traduz uma alguma inserção na economia de mercado, com amplitude pelo menos peninsular, através da presença de peças de importação e um gosto por artigos tipicamente romanos, como sejam os preparados piscícolas (Alarcão et al., 1990, p. 163).

Pelas informações recolhidas, julgamos estar perante uma quinta, eventualmente habitada por colonos durante um período relativamente alargado. A provável existência de uma necrópole junto desta estrutura é compatível com esta interpretação (Alarcão et al., 1990, p. 182). O mau estado de conservação da estação condiciona negativamente o aprofundamento de algumas destas conclusões, nomeadamente no aspecto cronológico.



Fig. 7 Fragmento de canalização em chumbo - Monte da Formiga (fotografia de Pedro Barros).

Sardos³

A identificação da estação decorreu de trabalhos de prospecção preventivos no âmbito da implantação da rede nacional de gás natural pela Transgás (Almeida e Souto, 1996). A sua identificação teve origem na detecção de fragmentos cerâmicos à superfície, numa área de cerca de 1500 m², e na presença de elementos construtivos datáveis do período romano — silhares em granito e grandes nódulos de *opus signinum* — e ainda de um peso de lagar igualmente atribuível ao mesmo contexto arqueológico (Fig. 8). No âmbito do protocolo celebrado entre a Transgás e o IPPAR, a intervenção arqueológica preventiva de diagnóstico teve lugar no Verão de 1996, com o objectivo de caracterizar científica e patrimonialmente o sítio e de, eventualmente, propor medidas de protecção e salvaguarda do sítio que levassem à adequação do traçado do gasoduto.

O sítio arqueológico situa-se numa pequena encosta de declive suave, com altitude de 269 m, na bacia hidrográfica da Ribeira Grande, numa zona percorrida por diversos cursos de água temporários. Os solos têm uma capacidade para o uso agrícola muito limitada (tipo C/D) (Carta de capacidade de uso do solo, fl. 32D, 1976).

O local situa-se nas proximidades da via *Olisipo-Augusta Emerita* provavelmente na área de influência da *uilla* de Torre de Palma (situada a cerca de 5 km a Oeste) e segundo Gorges (1990) inseria-se na área de influência superior da capital de província, embora existissem *ciuitates* mais próximas.

Da intervenção arqueológica resultou a identificação neste sítio de duas ocupações humanas, descontínuas no tempo: romana e de época moderna. No que diz respeito à primeira, as evidências eram constituídas por grandes nódulos de *opus signinum*, *tegulae*, silhares graníticos e um peso de lagar. Contudo, estes prometedores indícios constituíam quase tudo o que restou dessa ocupação antiga. Não se conservou qualquer estrutura *in situ*, qualquer estrato arqueológico ou mesmo deposição secundária de materiais deste período, pelo menos na área directamente afec-

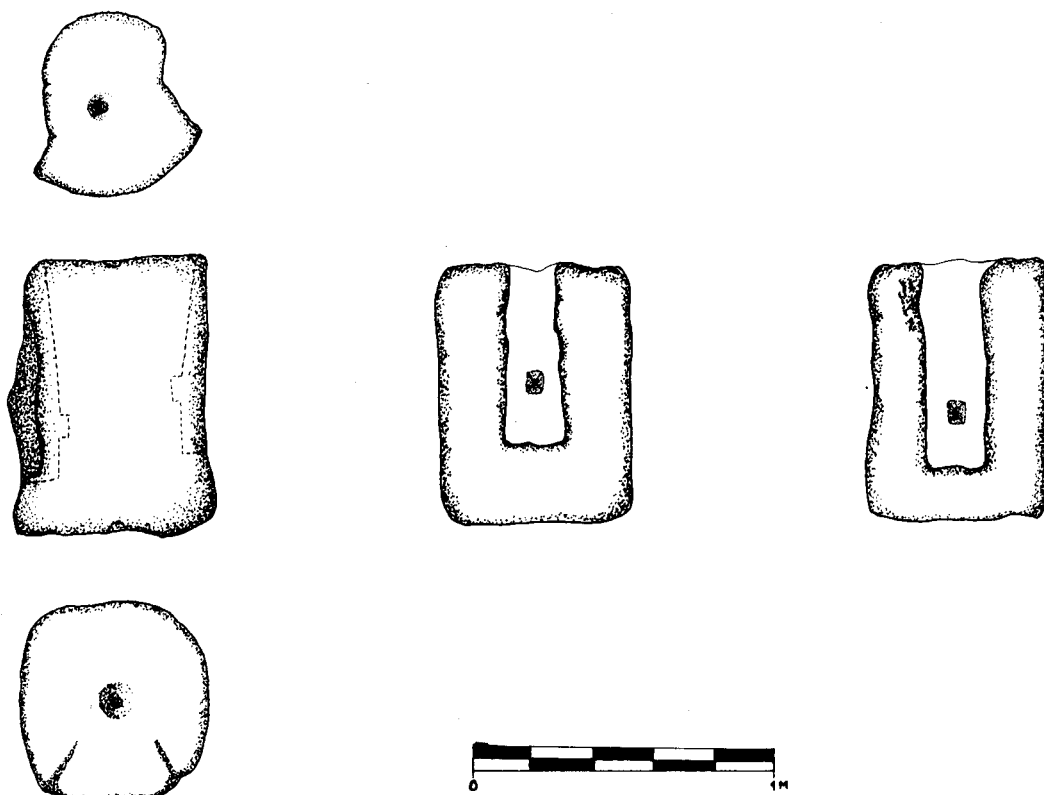


Fig. 8 Peso de prensa de lagar - Sardos (desenho de Teresa Julião).

tada pela implantação do gasoduto⁴. A modéstia dos vestígios conservados poderá explicar-se de diversas formas: a pobreza original das estruturas (das quais os elementos mais perenes poderiam ser os constituintes do lagar, que subsistiriam), a eventual curta duração de ocupação e, essencialmente, a erosão natural e humana a que o local esteve sujeito ao longo dos tempos (terrenos com fraca potência de terra, com cobertura florestal dispersa, agricultados em continuidade; por outro lado, comprovado reaproveitamento de materiais de construção em estruturas de povoamento rural, posteriores).

Assim, utilizando os factores de caracterização previamente definidos condicionados pela escassez das informações recolhidas, não é possível integrar de forma inequívoca este sítio numa das categorias pré-definidas. Tratar-se-ia, talvez, de uma estrutura exclusiva ou essencialmente, de transformação agrícola. Embora as condições da área não fossem as melhores para a prática agrícola, permitiriam a cultura extensiva da vinha e da oliveira. O peso de lagar, característico das prensas tipo *prelum*, é passível de utilização tanto nos lagares de vinho, como de azeite. A ausência de outros elementos característicos destas actividades transformadoras não permite tirar conclusões mais sólidas (Fabião, 1992, p. 275; Alarcão, 1997, p. 145; Brun, 1998, p. 50). No entanto, chama-se a atenção para a importância da produção vinícola na *uilla* de Torre de Palma, onde foram identificados e estudados um lagar e adega (Maloney et al., 1996; Brun, 1997). Neste contexto, é difícil caracterizar quantitativa e qualitativamente a produção desta estrutura. Contudo, pode-se afirmar que a sua implantação no território lhe permitia o escoamento da pro-

dução excedentária, caso esta existisse: para *Abelterium* (Alter do Chão), *Ammaia*, ou até para a capital de província utilizando a via *Olisipo-Augusta Emerita*.

Concluindo, o precário estado de conservação em que a estação chegou aos nossos dias não permite a sua integração numa das categorias de povoamento rural romano. Poderia tratar-se de uma quinta com lagar, ou simplesmente de uma das estruturas agrárias que compunham um *fundus* de uma *uilla* importante — Torre de Palma — (Alarcão, 1976, p. 29) onde a produção vinícola (ou oleícola) seria relevante, justificando a existência de vários lagares, destinando-se a sua produção ao consumo local (Fabião, 1992, p. 270, 1998, p. 184), ou à comercialização⁵.

Vinagreira⁶

A intervenção neste local arqueológico teve um enquadramento semelhante ao da estação anteriormente descrita. Foi identificada apenas aquando da abertura da faixa de servidão para abertura da vala de implantação do gasoduto. Os vestígios consistiam essencialmente em fragmentos de *tegulae* visíveis em corte e incorporados num moroiço existente no limite da pista. Após a observação mais atenta do terreno, verificou-se uma dispersão de materiais arqueológicos à superfície muito limitada: cerca de 10 m², embora estes apresentassem a virtualidade de se encontrarem em posição de derrube, eventualmente *in situ*. Os trabalhos arqueológicos decorreram no Verão de 1996, igualmente no âmbito do Protocolo entre o IPPAR e a Transgás, para salvaguarda do património arqueológico.

O sítio localiza-se numa encosta dominante para Leste, com um amplo horizonte de visibilidade, a uma altitude de 369 m. Na mesma direcção, no vale corre uma pequena linha de água temporária, o Ribeiro da Nogueira, na bacia hidrográfica do Caia. Os solos integram-se nas classes C/D, tendo assim, grandes limitações para utilização agrícola (Carta de capacidade de uso do solo, fl. 33C, 1965).

O sítio insere-se na área de influência de *Augusta Emerita* (Gorges, 1990), numa região caracterizada por uma carta arqueológica de época romana muito preenchida e servida pela via entre *Olisipo* e aquela cidade. A cerca de 7 km para SE. situa-se a *uilla* da Quinta das Longas.

Da intervenção arqueológica, resultou a identificação de uma estrutura em avançado estado de destruição — dois troços de muros, muito danificados, construídos com blocos de pedra local, toscamente aparelhados. Dos muretes conservava-se apenas a fundação, pois somente se observava uma fiada de blocos assentes na argila de base. Foi igualmente possível identificar uma área de derrube, em que telhas e elementos pétreos dos muros apareciam em posição típica de queda (Fig. 9). Os escassos materiais arqueológicos (cerâmica comum e, essencialmente, fragmentos de *dolia*) foram recolhidos maioritariamente sob este estrato. Destaca-se a presença de uma fivela de cinturão em bronze, datável do período tardo romano⁷ (Fig. 10).

A diminuta área de dispersão de materiais arqueológicos, assim como a sua fraca abundância e diversidade, o fraco potencial agrícola e hídrico da zona, aliados a uma posição predominante sobre a paisagem (Mantas, 1986, p. 207), com visibilidade sobre uma extensão grande de território, conduz à integração deste sítio na categoria de abrigo. Contudo, não é de excluir de todo a possibilidade de se tratar de um pequeno casal. Não foram aqui recolhidos indícios claros de *habitat* (alimentação e combustão, por exemplo). É mais uma razão que joga a favor da primeira hipótese: abrigo ou cabana de ocupação temporária relacionada com determinados trabalhos agrícolas ou de pastoreio e/ou local de armazenamento de produções agrícolas ou florestais. Considera-se, no entanto, que os dados fornecidos por esta intervenção são demasiado



Fig. 9 Vestígios de estrutura (Vinagreira).

reduzidos para permitir conclusões categóricas, objectivo ainda dificultado pela destruição ocasionada pela abertura da pista de servidão do gasoduto, que removeu algumas estruturas e estratos. Em relação à caracterização cronológica, e como é comum neste tipo de sítios (Alarcão, et al., 1990, p. 159) devido à falta de espólio indicador de datações, não é possível avançar muito, a não ser que, hipoteticamente, a sua ocupação tenha subsistido à dominação romana da região.

Os três sítios aqui apresentados, integráveis no fenómeno do povoamento rural romano no Alentejo, foram intervencionados no âmbito da arqueologia preventiva e deslambamento. A sua caracterização e tipificação foram dificultadas, principalmente, pelas suas más condições de conservação. Quanto mais modestos estruturalmente e pobres materialmente, mais frágeis são os vestígios arqueológicos e maiores são as probabilidades da sua adulteração ou destruição, pelos factores naturais e humanos que sobre eles agem, desde o momento da sua deposição até à actualidade. As estruturas de povoamento rural de ordem inferior — quintas, casais e abrigos — integram este conjunto de vestígios. No entanto, quando o objectivo é o conhecimento o mais integral e aproximado possível da ruralidade romana, o seu estudo é incontornável.



Fig. 10 Fivela de cinto, em bronze - Vinagreira.

Em primeiro lugar, há que proceder à sua identificação. Os estudos de incidência territorial são, por isso, o ponto de partida adequado. Quando a sua identificação acontecer na sequência de processos distintos da investigação arqueológica, dever-se-á, tanto quanto possível, proceder à integração destes em projectos já em curso, ou a desenvolver futuramente.

A forma mais imediata será a divulgação científica, através da publicação, em tempo útil e de uma forma o mais completa possível, dos resultados dessas intervenções. A integração das informações recolhidas em base de dados de acesso livre à comunidade científica, disponibilizando-a assim, para uma utilização diversificada, deverá ser outro caminho a seguir.

Por fim, o passo seguinte poderá ser a cedência de materiais e registos arqueológicos, que, em depósito adequado, poderão ser observados por investigadores que, eventualmente, terão no seu estudo interesse superior ao dos responsáveis pela sua recolha. No que concerne aos três sítios aqui analisados e segundo a lista divulgada de projectos aprovados no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos/98, algumas investigações em curso parecem poder beneficiar da integração destes elementos.

O caso do povoamento rural romano no Alentejo é apenas um exemplo de como os dados recolhidos no âmbito da arqueologia preventiva poderão estar a ser subaproveitados no progresso do conhecimento do passado. Numa época em que os meios a utilizar na investigação são sempre escassos, a comunidade arqueológica terá de encontrar meios de rentabilizar a informação através de um mais profícuo contacto entre os vários ramos do exercício da actividade arqueológica.

NOTAS

- ¹ Segundo Alarcão, Étienne e Mayet (1990), área de dispersão superior a 2000 m² equivale a *uillae*, entre 2000 e 500 m², a quintas e com menos de 500 m² a cabanas ou abrigos.
- ² Distrito: Beja; Concelho: Cuba; Freguesia: Vila Ruiva. Carta militar 1:25 000 n.º 489. Coordenadas Gauss: S 2173/1451.
- ³ Distrito: Portalegre; concelho: Monforte; freguesia: Monforte. Carta militar 1: 25 000 n.º 384. Coordenadas hectométricas Gauss: N 2600/2358.
- ⁴ Devido às características da intervenção, a área escavada não se alargou para fora dos limites de impacto do projecto. Contudo, à partida não parece existir
- indícios de que a situação arqueológica para fora destes seja diferente daquela aí observada.
- ⁵ A questão da comercialização, regional ou de âmbito mais alargado, de produções agrícolas da Lusitânia tem sido debatida, no âmbito do estudo das produções anfóricas lusitanas, eventualmente destinadas ao seu transporte (Diogo, 1987; Fabião et al., 1993; Fabião, 1993-1994, 1998).
- ⁶ Distrito: Portalegre; concelho: Elvas; freguesia: São Vicente e Ventosa. Carta militar n.º 399. Coordenadas hectométricas Gauss: N 2228/2782.
- ⁷ Com paralelo datado do século VI, na colecção do Museu Provincial de Badajoz (1998).

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1976) - Sobre a economia rural do Alentejo na época romana. *Conimbriga*. Coimbra. 15, p. 1-40.
- ALARCÃO, J. de (1990) - A produção e a circulação dos produtos. In *Nova História de Portugal - Portugal, das Origens à Romanização*. Lisboa : Presença. Vol. I, p. 409-441.
- ALARCÃO, J. de (1997) - A tecnologia agrária romana. In *Portugal romano: a exploração dos recursos naturais*. Lisboa : Museu Nacional de Arqueologia, p. 137-148.
- ALARCÃO, J. ; ÉTIENNE, R. ; MAYET, F. (1990) - *Les Villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris: E. de Boccard.
- ALMEIDA, P. ; SOUTO, P. (1996) - *Relatório dos trabalhos arqueológicos efectuados no âmbito do Protocolo entre a Transgás e o IPPAR (Lote 3A e ramais de Torres Vedras e de Lisboa do Lote 1 - 1º semestre de 1996)* (policopiado).
- BRUN, J.-P. (1997) - Uma adega e um lagar na *uilla* de Torre de Palma. In *Portugal romano: a exploração dos recursos naturais*. Lisboa : Museu Nacional de Arqueologia, p. 149-151.

- BRUN, J.-P. (1998) - Production de l'huile et du vin en Lusitanie romaine. *Conimbriga*. Coimbra. 36, p. 45-72.
- CARVALHO, A. (1993) - Romanização: As *uillae*. In MEDINA, J., dir. - *História de Portugal*. Lisboa : Ediclube, p. 275-282.
- CARVALHO, A. (1994) - A *uilla* romana da Quintas das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): as prospecções de 1990. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa : Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2.º vol., p. 239-251.
- Carta de capacidade de uso do solo*, esc. 1:50 000. Ministério da Economia. Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário. Fls. 32D (1976), 33C (1965) e 40C (1967).
- DIOGO, A. M. D. (1987) - Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4. 5, p. 179-191.
- FABIÃO, C. (1992) - A romanização da agricultura. In MATTOSO, J., dir. *História de Portugal*. Lisboa : Circulo de Leitores. Vol. I, p. 269-277.
- FABIÃO, C. (1993-1994) - O azeite da *Baetica* na *Lusitania*. *Conimbriga*. Coimbra. 32-33, p. 219-245.
- FABIÃO, C. ; GUERRA, A. (1993) - Sobre o conteúdo das ânforas lusitanas. In *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra : Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade, p. 995-1016.
- FABIÃO, C. (1998) - O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 169-198.
- FERNÁNDEZ CASTRO, M. C. (1983) - Fábricas de aceite en el campo hispano-romano. In *Producción y comercio del aceite en la Antigüedad: Segundo Congreso Internacional*. Madrid: Universidad Complutense, p. 567-599.
- GORGES, J.-G. (1979) - *Les uillas hispano-romaines: Inventaire et problématique archéologiques*. Paris : E. de Boccard. (Publications du Centre Pierre Paris : 4).
- GORGES, J.-G. (1990) - Villes et *uillas* de Lusitanie (interaction - échanges - autonomies). *Les villes de Lusitanie romaine*. Paris : CNRS, p. 91-113.
- Guia. Museu Arqueológico Provincial de Badajoz (1998)* - Badajoz : Editora Regional de Extremadura.
- MALONEY, S. ; HALE, J. (1996) - The *uilla* of Torre de Palma (Alto Alentejo). *Journal of Roman Archaeology*. Ann Arbor. 9, p. 275-294.
- MANTAS, V. G. (1986) - Implantação rural romana em torno da *uilla* de S. Cucufate (Vidigueira). *Arquivo de Beja*. Beja. 2ª série. 3, p. 199-209.